

# Imposto vai subir para cobrir rombo recorde

» SIMONE KAFRUNI

A deterioração das contas públicas chegou a tal ponto que o Brasil já apresenta números semelhantes ao de países em crise. Em setembro, União, estados, municípios e empresas estatais amargaram um déficit de R\$ 25,5 bilhões, segundo informou ontem o Banco Central. Foi o pior resultado desde 1994, quando o Plano Real foi implementado para conter a sangria da hiperinflação, e também um recorde negativo desde que o regime de metas fiscais foi criado, em 1999.

A maior parte desse resultado desastroso foi de responsabilidade do governo federal, que gastou R\$ 21 bilhões a mais do que arrecadou. O pior é que a fatura da irresponsabilidade fiscal do governo vai recair sobre todos os brasileiros, porque não há mais como ajustar as contas a não ser por meio de aumento de impostos.

O resultado do mês passado enterrou de vez a possibilidade de cumprimento da meta fiscal deste ano. De acordo com a legislação, o setor público deveria obter em 2014 um superávit primário de R\$ 99 bilhões, o equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país. No entanto, de janeiro a setembro, o resultado foi um déficit de R\$ 15,3 bilhões. Para cumprir o objetivo, seria preciso obter saldo positivo de R\$ 114,3 bilhões nos últimos três meses do ano, o que é impossível, segundo os especialistas.

Somadas todas as receitas e despesas, inclusive com juros, o setor público já tem, neste ano, um rombo correspondente a 5,94% do PIB — nível de país em crise. A política de metas fiscais prevê a realização de superávits primários, que correspondem à economia necessária para saldar os juros da dívida pública e, desse modo, mantê-la em um patamar estável ou declinante. O excesso de gastos promovido nos últimos anos, no entanto, levou a dívida bruta para R\$ 3,13 trilhões no fim de setembro, ou 61,7% do PIB.

## Discurso vazio

Desde que foi sacramentada a reeleição da presidente Dilma Rousseff, o governo se esforçou para criar um ambiente de retomada da credibilidade na política econômica, com o surpreendente aumento da taxa básica de juros (Selic) para 11,25% ao ano, na quarta-feira passada. Diante dos péssimos números divulgados ontem, o discurso se tornou vazio, e as agências de risco começaram a revisar as notas de crédito do país.

Ainda ontem, a Austin Rating anunciou o rebaixamento da classificação de longo prazo do Brasil, que foi colocado na faixa mais baixa do chamado grau de investimento, um atestado de segurança para os investidores que querem aplicar no mercado local. Um novo rebaixamento colocará o país no grupo de grau especulativo. Para Alex Agostini, analista da Austin Rating, o corte se justifica pela piora acen-

tuada das contas fiscais e pela persistência de outras condições desfavoráveis, como a inflação elevada e a perspectiva de baixo crescimento econômico. “Com as contas públicas no nível de um país em crise, será preciso um corte brutal de custos ou um crescimento acelerado da economia. Nenhuma das duas alternativas é provável. Então, resta o instrumento de rolagem da dívida. O problema é que o risco do país aumentou, a Selic também, e, para emitir títulos, o governo vai ter que pagar juros muito altos. Isso só vai aumentar o endividamento”, explicou Agostini.

O estrategista-chefe do Banco Mizuho do Brasil, Luciano Rostagno, observou que os números divulgados ontem foram muito piores do que o previsto pelo mercado, que estimava resultado negativo de R\$ 12,6 bilhões. “Foi o quinto mês consecutivo de déficit, e o maior da série. Apesar de intensa utilização de receitas extraordinárias, o governo está caminhando para perder a meta fiscal do ano”, assinalou. “O governo precisa, urgentemente, restaurar a credibilidade, com redução de gastos e metas realistas para os próximos anos”, disse.

## Eleição

O governo é criticado pelo fato de criar metas que não são cumpridas e pelo uso de expedientes extraordinários para fechar as contas, a chamada contabilidade criativa. “Não sei qual será a mágica deste ano, mas acho muito pouco provável que o governo consiga reverter o déficit. As receitas recuaram 4% em 12 meses, e as despesas tiveram aumento de 7% acima da inflação. Mas o que surpreendeu foi o aumento do custo em itens como custeio e despesas correntes, que devem estar refletindo gastos extras por conta da eleição”, observou o economista Raul Velloso.

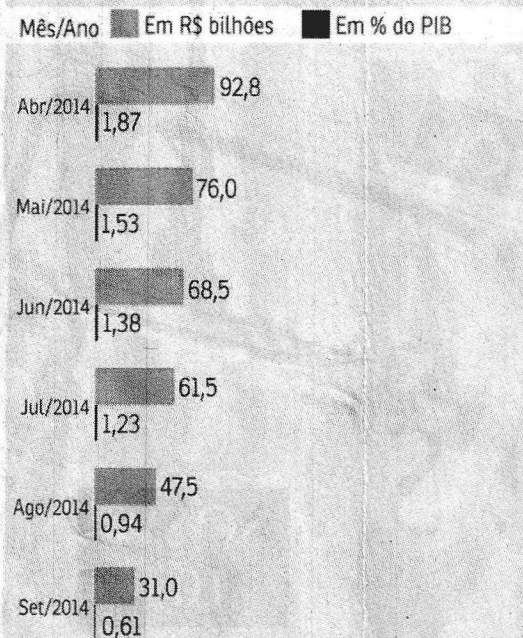
Na opinião do economista Mansueto Almeida, as perspectivas para os próximos meses são ainda piores. “Em novembro do ano passado, o governo conseguiu R\$ 35 bilhões a mais com o Refis e o leilão do campo de petróleo de Libra. Neste ano, essas receitas extraordinárias não se repetem. A tendência é de o quadro piorar porque Dilma fez desonerações e abriu mão de receitas quando não tinha espaço fiscal”, pontuou. A ironia, explicou, é que, para sair do atoleiro, o governo terá que tomar as mesmas medidas de forte ajuste que serviram de material de acusação contra a oposição no processo eleitoral.

“Vão ter que ser ainda mais duros do que a oposição seria, se tivesse vencido a eleição, já que o adversário teria um voto de confiança maior. Dilma vai ter que reduzir gastos e aumentar receitas, com elevação de impostos a curto prazo”, acrescentou Mansueto. Como a carga tributária do Brasil já é uma das mais altas do mundo, o setor produtivo será ainda mais penalizado. Isso será mais um entrave para a retomada do crescimento. “É uma sinuca”, comentou Alex Agostini, da Austin Ratings.



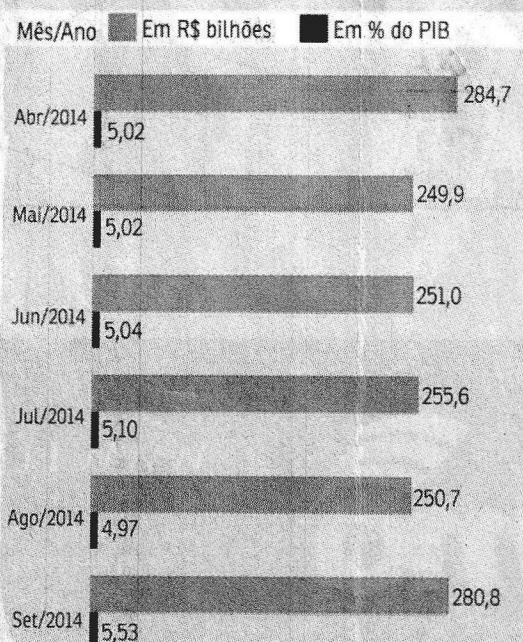
## Superávit primário cai

Economia para pagamento de encargos da dívida desaba



## Gastos com juros

Antes mesmo da alta da Selic, despesa despencou



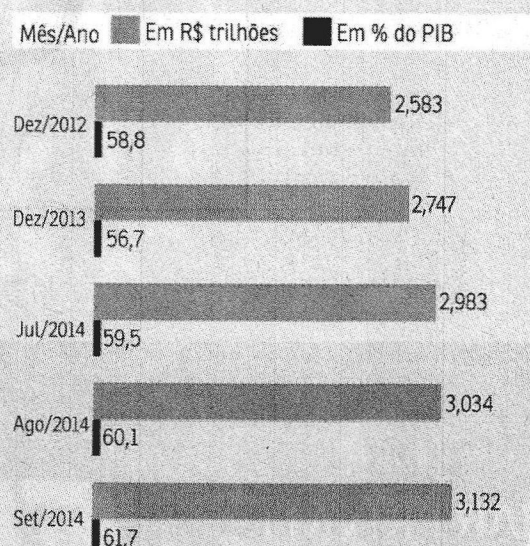
## Deficit nominal

Buraco nas contas chega a nível de país em crise



## Dívida bruta

Endividamento do Brasil atinge patamares assustadores



Fonte: Banco Central

## Câmbio dá prejuízo

O Banco Central (BC) perdeu R\$ 18,4 bilhões em setembro com operações de swap cambial, equivalente à venda futura de dólares. Desde agosto de 2013, a autoridade monetária realiza essas operações para tentar conter a escalada da moeda norte-americana. Foram colocados R\$ 100 bilhões no mercado, dentro de um programa chamado de ração diária. O chefe do Departamento Econômico do BC, Tulio Maciel, lembrou que houve ganho de R\$ 2,5 bilhões em agosto, e o resultado “deve voltar a ser positivo” em outubro.

Setembro, contudo, foi o mês que antecedeu a eleição presidencial, período em que o valor da divisa norte-americana oscilou muito e registrou ganhos expressivos diante do real. Por isso, as perdas atingiram R\$ 18,4 bilhões. A expectativa é de que as rações diárias do BC devam ser mantidas em 2015 para evitar que a possível elevação dos juros dos Estados Unidos provoque nova disparada do dólar e, por tabela, pressione a inflação.

Os temores com 2015 se explicam. O banco de investimento Morgan Stanley cortou a projeção para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, de um pífio crescimento de 0,3% para uma retração de 0,3%. Para 2014, Morgan Stanley espera expansão de 0,2% do PIB. “A combinação anunciada de políticas fiscal e monetária mais apertadas, se for sustentada, provavelmente causará uma recessão em 2015”, justificou o banco de investimento norte-americano em relatório divulgado ontem.

Para o Morgan Stanley, o BC, que aumentou a taxa básica de juros (Selic) na quarta-feira, de 11% para 11,25% ao ano, deve levá-la a 12% até março. No segundo semestre, a expectativa é de redução, terminando o ano em 10,5%. “O desafio mais imediato do Brasil é enfrentar a deterioração das contas públicas. A indisciplina fiscal dos últimos anos deverá ser enfrentada pelo governo no próximo ano, mas possivelmente não será agressiva o suficiente para estabilizar a trajetória da dívida líquida”, analisou.

Na avaliação dos economistas da instituição, a política fiscal tem uma “preocupante” combinação de transparência insuficiente e de deterioração. “Acreditamos que os dois precisam ser enfrentados o mais rápido possível para recuperar a confiança e reduzir os prêmios de risco. Mas os ajustes necessários não são indolores, e tememos que a Administração não está pronta para suportar a dor”, resumiu.

Como resultado, há a preocupação em torno das mudanças de políticas, uma vez que as projeções do governo “continuamente otimistas” não se concretizam. Para o Morgan, o desfecho será o aumento dos juros de longo prazo e uma recuperação decepcionante. Não por acaso, o banco reduziu também a estimativa para a expansão do PIB em 2016 de 2% para 1,3%. (SK)